

A História e seus limites

Discutir História Regional significa refletir sobre alguns preconceitos que cercam o tema em vários centros de pesquisa no Brasil. Essa expressão evoca muito rapidamente certa historiografia celebrativa, “pré-crítica”, oficiosa, “provinciana” — termos que misturam rejeição a preconceito. Certos parentescos vocabulares de região (*rex*, *regere*, *regis*, *rego*, *regu-*

NOTAS SOBRE REGIÃO E INTERDISCIPLINARIDADE



Cultura de arroz em Alagoas

la, *rectum*) aprofundam aquela suspeição ao colocar o debate sob o signo de dirigir, guiar, comandar, governar, administrar, regular, demarcar.

Muito dessa avaliação também passa por uma efetiva trajetória da História Regional, marcada por compromissos políticos conservadores (por exemplo: na França do final do século XIX, associada ao anti-republicanismo e valorizando peculiaridades dos *departments* – artesanato, culinária, trajes e outros costumes – contra o centralismo parisiense, ou no Brasil deste século, transmitindo explicitamente demandas de setores dominantes da sociedade via homogeneização de interesses).

MARCOS A. DA SILVA é professor de Metodologia da História e História Social da Arte do Departamento de História da FFLCH-USP.

Outro tanto corresponde a certo auto-deslumbramento cosmopolita de alguns pesquisadores que se supõem novos “espíritos do mundo”, em versão atualizada da “nostalgia pela História Universal” (1).

A experiência da pesquisa histórica no Brasil, especialmente se for levada em conta a pós-graduação desde os anos 70, convida a refletir sobre o tema. Por um lado, grande número de teses e dissertações assume explicitamente vieses regionais e locais, abordando campos de economia, relações sociais, experiências culturais e práticas políticas (se é que a historiografia ainda pretende separá-los) no universo de uma região, no sentido que se atribui à expressão no país ou no espaço de um estado ou cidade. Por outro, trabalhos que se dedicam a instituições, movimentos sociais e diferentes práticas humanas, muito frequentemente, apóiam-se em recortes de documentação que remetem a regionalidades, mesmo quando seus autores evitam incorporar

explicitamente essa dimensão em sua problemática ou supõem falar em nome de diferentes universais – capitalismo, gêneros ou trabalhadores, por exemplo.

Nos usos correntes da expressão “história regional”, cabe refletir sobre o próprio núcleo da designação: trata-se prioritariamente de *História*, à qual se acrescenta um adjetivo, ou o principal do problema se situa na *Região*, momentaneamente associada à historicidade? Qualquer que seja a resposta, um efetivo trabalho de pesquisa ocorre quando o investigador se coloca diante de seu universo de reflexão como problematizador, ultrapassando a reiteração do que seja uma ou outra. Em caso contrário, teremos uma História que congela e repete regras de pensar, sem ousar questionar seus temas e interpretações (o que não é apanágio apenas da História Regional) ou uma Região igualmente fossilizada e da qual se perdem as pistas referentes a constituição e transformações – pro-

1 Cf. Jean Chesneaux, *Du Passé, Faisons Table Rase!*, Paris, Maspero, 1977. Antes de Chesneaux, Benjamin associou o argumento da História universal ao “tempo homogêneo e vazio” do historicismo. Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História”, in *Magia e Técnica, Arte e Política*, tradução de Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 222-32.

Sertanejo nordestino



cedimento que não se restringe à abordagem histórica desse fenômeno específico.

A questão não se resolve também pela mera invocação da “interdisciplinaridade” como saída necessária para a abordagem do regional: de quais disciplinas e articulações está-se a falar? São elas tomadas como construtoras da questão regional ou puros efeitos de suas demandas?

Procurando responder a essas indagações, a Região será aqui discutida endereçando-se-lhe mais duas perguntas: quem a designa assim? Que usos são feitos dos fenômenos que ela recobre, a partir daquela denominação?

Há um critério bastante palpável na designação de partes da sociedade como regiões: o administrativo. Como voz de estado, empresas e especialistas, ele agrupa características naturais e sociais (relevo, regime de chuvas, paisagem, atividades econômicas, grupos humanos, etc.), justificando atitudes de apoio a determinadas iniciativas, controle sobre outras, definição de políticas específicas de incremento econômico, subsídio a estratégias de poder e programas relativos a determinadas situações experimentadas por setores sociais ali identificados.

Nessa definição do regional, que apela para vozes de diferentes especialistas – geógrafos, economistas, biólogos, sociólogos e outros –, observa-se o atendimento a demandas de grupos sociais dominantes. Os fenômenos ali designados englobam grupos dominados, tratados como “fatores” disponíveis para diferentes fins – mão-de-obra para determinados projetos, objetos de socorro, a quem compete desempenhar certas tarefas... Cabe pensar sobre eventuais vivências do regional por esses grupos que lhes possibilitem conceber região para além de tais enquadramentos.

Para avaliar se tais vivências efetivamente ocorrem, uma reflexão sobre o local, em sentido estrito, pode oferecer pistas. Nele, ocorrem experiências vivenciadas pelos grupos dominados, englobando paisagem, relações pessoais, memória familiar e de grupos de convívio em etapas etárias, condição sexual, profissão, escolaridade,

tradições e práticas associativas, dentre outras possibilidades. Associar a identidade também a um local é recuperar, de algum modo, vivências que também participam na definição de identidades individuais e grupais, sem, com isso, homogeneizar a sociabilidade considerada. Tal aproximação evoca um universo de experiências materiais dos homens que impõe fontes diversificadas para o historiador, englobando diferentes itens do cotidiano e evidências orais (2).

Naquela definição administrativa do regional por estado, empresas e instituições dominantes, a vivência dominada se manifesta num nível de efeito da mesma e de seus agentes. Afinal, o que é ser *nordestino* para um lavrador do sertão maranhense, um operário de Aratu, um pescador do Rio Grande do Norte ou um vendedor ambulante de Recife? Pode ser receber uma identidade unificadora que vem de diferentes fontes, exceto suas experiências diretas em

2 Raphael Samuel, “História Local e História Oral”, tradução de Zena W. Eisenberg, in *Revista Brasileira de História*, 9 (19), São Paulo, Anpuh/CNPq/Marco Zero, set./1989-fev./1990, pp. 219-43.

Município de São Cristóvão, em Sergipe



relação a muitos dos fenômenos que aquele conceito de região abarca. Sudene, BNDES e agências internacionais, por exemplo, incluem-nos numa totalidade de cuja elaboração participam como pacientes, restando-lhes estar expostos a categorias que, rapidamente, são transformadas em preconceitos uniformizadores.

É o caso da vivência desses preconceitos quando os “nordestinos” se deslocam para outras “partes” da sociedade brasileira, em especial, para o “sul-maravilha”. Trabalhadores rurais piauienses, motoristas de Salvador e bancários de Campina Grande, por exemplo, são reduzidos, em bloco, a “baianos” (São Paulo) e “paraíba” (Rio de Janeiro), destituídos de suas identidades específicas, expropriados de diferenças, memórias e projetos.

Mas o preconceito homogeneizador possui uma face talvez inesperada: junto com as perdas, tais pessoas também conquistam, freqüentemente, importantes elementos de outras identidades – a região de origem, imaginada, ativa na construção de novos laços de solidariedade –, de grande importância para sua nova sobrevivência. Nessa perspectiva, a região preconceituada se transforma em região vivenciada, que agrupa pessoas em diferentes estratégias de sobrevivência, rememoração, auxílio mútuo, engajamento em novas práticas associativas, articulação com movimentos e lutas reforçados por esses laços – candidaturas em eleições gerais, lutas sindicais e movimentos sociais, por exemplo. Como se falou, noutras décadas, em “orgulho negro” e “orgulho feminino”, não é abusivo

**Seringueiros
da região
do Amazonas**



pensar nessa reversão da região preconceituada numa região imaginada se desdobrando em afirmação – orgulhos nordestinos e outros.

É muito freqüente o uso argumentativo de região como meio para eliminar quaisquer conflitos na vivência social, beneficiando vozes dominantes que apontam tensões inter-regionais como prioritárias nos processos políticos e recusam qualquer disputa no nível intra-regional. Essa tendência explicativa se faz presente na historiografia que fala em “República Velha” e seus “blocos estaduais”, restringindo a análise ao universo de ação das elites sociais, e também em debates mais recentes que apontam a exploração de uma região por outra como “imperialismo” inter-regional. Nela, a região é entendida como bloco homogêneo, onde não se verifica qualquer vestígio de classes, sexos, grupos de idade, instituições, movimentos sociais...

Não se silenciam apenas os conflitos intra-regionais. Mesmo articulações inter-regionais são menosprezadas sob aquela ótica, como se os setores dominantes de diferentes regiões não fossem ativos agentes de poderes nacionais e grupos ou instituições regionais não desenvolvessem lutas específicas que se ligam em escala nacional através de múltiplas modalidades organizativas – os sem-terra, os docentes universitários e as centrais sindicais são exemplos dessas possibilidades.

Insistindo sobre a dimensão *histórica* do debate sobre região, é preciso deixar claro de qual História se está a falar. Afinal, há usos do regional que uma historiografia tem feito com resultados pouco frutíferos. Pensar em alguma História Regional requer atender às questões teóricas mais gerais que a pesquisa histórica tem colocado. Caso contrário, a História Regional se manterá como campo marginalizado do debate teórico em seu universo de conhecimento.

Uma dimensão da crise das teorias normativas em História tem sido a definição da teoria como face da pesquisa. Isso não se confunde com a perda do teórico mas remete a uma ênfase no empírico como

necessidade básica do debate metodológico, realçando a postura ativa do historiador na construção de quadros explicativos. É a partir desse realce que se torna inteligível a ampliação de fontes, temas e questionário, que diferentes tendências recentes da pesquisa histórica anunciam. Sua insuficiência como simples “novos objetos” (3) se evidencia na própria reposição de uma dicotomia sujeitos/objetos e a ênfase exclusiva num de seus pólos, que restringe muito aquela postura ativa do historiador na produção de conhecimentos. Contra isso, a incerteza epistemológica aparece não como deficiência teórica mas enquanto necessidade de um saber se fazendo em múltiplas direções.

Nesses termos, a desqualificação prévia do regional soa como perda de possibilidades nele contidas e congelamento de outras vias de saber, promovidas a exclusivas e eternas, o que atropela a historicidade do saber histórico.

O trabalho do historiador com a memória social tem contribuído para o aprofundamento de uma postura auto-reflexiva na produção de saber histórico, permitindo identificar níveis de articulação entre esta e a institucionalização de determinadas lembranças e também assinalando em outras memórias o universo de projetos como possíveis históricos. A partir desse debate, adensa-se o questionamento sobre o lugar a partir do qual o historiador fala, combatendo seu “voto de silêncio” a respeito de experiências e opções que constituem sua própria voz. No mesmo sentido, a questão de difundir resultados de pesquisa aparece como muito mais que tarefa externa ou subsequente à produção de saber, configurando, isto sim, momento fundamental para se compreender diferentes papéis assumidos pela historiografia na elaboração, preservação ou mudança da memória social. Além do circuito erudito de circulação (teses, conferências, congressos, livros, periódicos especializados), o vasto universo de outras formas de divulgação possibilita diferentes modalidades de presença da pesquisa histórica na cena social, relacionando-se com o público não-especializado para

3 A expressão “novos objetos” foi banalizada especialmente a partir da edição de: Jacques Le Goff e Pierre Nora (dir.), *História: Novos Objetos*, tradução de Terezinha Marinho, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. É preciso lembrar, todavia, que o livro faz parte de uma trilogia, cujos títulos remetem para “problemas” e “abordagens”, donde as conseqüências teóricas aqui criticadas dizem mais respeito ao referido processo de banalização.

além da sujeição que o reduz a “matéria-prima” ou “consumidor” da pesquisa, articulando-se a suas demandas através do encontro entre interpretações que, afinal, está no cerne da produção de saber histórico.

O argumento da interdisciplinaridade, freqüentemente invocado como trunfo pela História Regional, que condensa elementos de Geografia, Economia e Antropologia, tem sido marcado pelo silêncio sobre quem a instaura (4). Numa primeira aproximação, a resposta parece se circunscrever aos próprios especialistas envolvidos naquele debate (5). A construção do regional a partir das vozes administrativas e empresariais sugere que a necessidade de articulação entre campos de saber é muito mais ditada por aquelas fontes. Junto com isso, apela-se para a interdisciplinaridade (e não apenas nos estudos regionais) num sentido positivista, que mescla *resultados* de diferentes saberes, mantendo-os, todavia, isolados por princípio.

Contra essa reiteração da auto-suficiência monodisciplinar que se satisfaz com a superação de seus limites em função da lógica administrativa, cabe pensar sobre uma multidisciplinaridade que signifique reflexão plural nos quadros de cada disciplina e consiga se articular com demandas populares, entendendo estas não como matérias-primas ou carências de saber mas na condição de geradoras de problemáticas. Falar em multidisciplinaridade aponta não para uma História que, por exemplo, colabora com uma Economia ou Geografia que lhe são externas, delas recebendo as respostas que não consegue elaborar. Isso reduziria a primeira a uma relação parasitária, muda, passiva. Em contrapartida, conceber tal relação multidisciplinarmente significa falar numa História que já remete sobre problemáticas de Economia e Geografia (mantendo as referências do exemplo anterior) *em seus próprios quadros* e se aproxima de uma Geografia ou Economia que já incorporam o histórico em seu universo de pensamento. Ao mesmo tempo, esse viés participa de uma apreensão das disciplinas

como fazeres em aberto, cujas identidades não cabem nos limites rígidos de isolamentos ou cooperações entre práticas ainda externas umas às outras.

Essa questão metodológica é também paralela à configuração assumida pela História Regional ao designar “partes” de uma sociedade, perdendo, freqüentemente, sua presença ativa em múltiplas faces das práticas sociais. É a partir da consideração das regiões como universos de práticas que se torna possível pensar em *transregionalização*, que extrapola espaços físicos e fontes administrativas do problema.

A transregionalização diz respeito aos inúmeros níveis definidores de fenômenos freqüentemente associados às regiões. São exemplos de transregionalização centros de tradições gaúchas atuantes no Centro-Oeste ou no Norte e cantoria nordestina produzida em São Paulo, dentre tantos outros (6). Ela convida o historiador a pensar sobre o regional como face de identidades, que não se vincula apenas aos horizontes administrativos dominantes (pode, até, contestá-los) e participa do trabalho da memória social, possibilitando às pessoas organizarem dimensões de seu cotidiano e atuarem em múltiplas frentes de sua sobrevivência, sem um destino político preestabelecido. Nesses termos, falar em “Centro-Oeste” significa considerar sua definição a partir de diferentes vozes de outros países e regiões—o exemplo pode ser desdobrado também para esses outros espaços sociais. O estudo de determinados movimentos sociais, como o dos sem-terra, é exemplo dessa produção do transregional, englobando gaúchos que atuam em Goiás ou Rondônia e antes vivenciaram experiências em Minas Gerais, Paraná, Bahia e Paraguai, relacionando-se, ainda, com bancos e cooperativas ligados a São Paulo, Nova York e Tóquio, recebendo informações de instituições que vão de órgãos administrativos federais à Igreja Católica e à Rede Globo (7).

Outra perspectiva de trabalho em História Regional, associada à anterior, diz respeito aos vínculos que ela pode manter com diferentes demandas sociais. Sua liga-

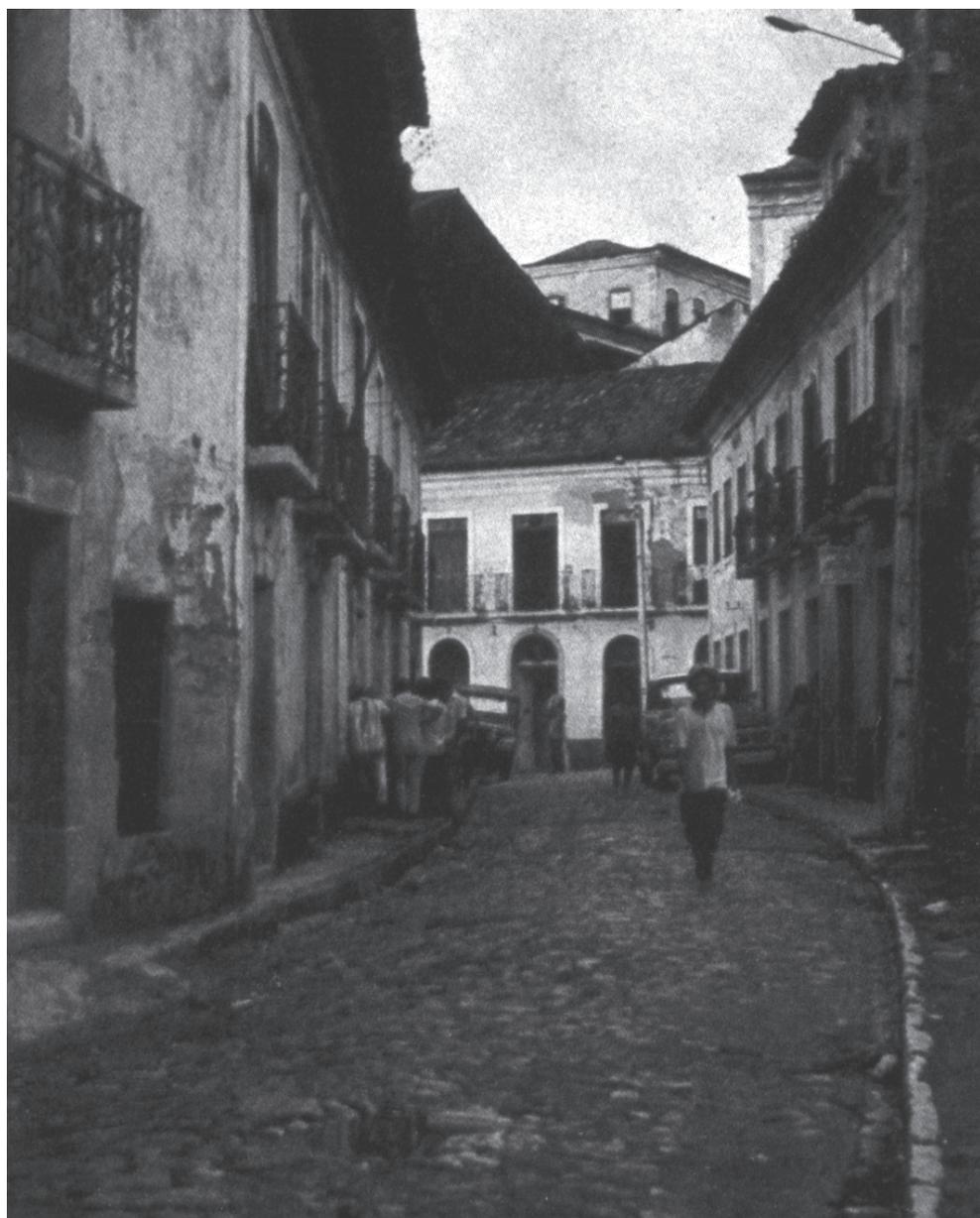
4 Cf. Jean Chesneaux, op. cit.

5 É o que acontece em alguns dos textos publicados na coletânea: Marcos A. Silva (coord.), *República em Migalhas*, São Paulo, CNPq/Marco Zero, 1990.

6 Nancy A. Magalhães e José Walter Nunes têm desenvolvido pesquisas sobre moradores de Guarantã do Norte onde esses temas aparecem. Sobre a cantoria nordestina, cf.: Maria Ignez N. Ayala, *No Arranco do Grito*, São Paulo, Ática/UFPB, 1988 (Ensaio – 127).

7 Cléria B. Costa realiza estudo sobre os sem-terra no Mato Grosso em que essa questão é discutida.





São Luís
do Maranhão

ção ao espaço administrativo dominante pode ser meramente transferida para demandas populares, sem profundas alterações conceituais, temáticas e de difusão? É mais provável que não. Pensar numa outra História Regional, então, inclui definir circuitos alternativos de pesquisa e difusão, que não se confundem com a simples inclusão de itens regionais à historiografia (englobando ensino e edição) disponíveis. Também essa definição não tem-se restringido ao recorte regional, o que significa localizar essa via de conhecimento nos debates gerais do saber histórico.

Se o dedutivismo regionalista é desas-

troso em sua ligeireza, isolando “peculiaridades” pouco pensadas, o indutivismo universalizante oferece outra face da catástrofe ao fazer tábula rasa de qualquer diferença, perdendo experiências significativas dos grupos sociais.

Contra a historiografia regional celebrativa, “pré-crítica”, oficiosa, “provinciana” – quem rejeitará tal posição? Mas é preciso desdobrá-la em combate a qualquer historiografia que mereça esses qualificativos. Só então, a História Regional poderá ultrapassar sua condição de zelar pelas terras do rei, superando o espaço da dominação que ainda a marca.

LIVROS